

CONSELHO SUPERIOR DO CINEMA

ATA DA REUNIÃO DE 28/AGOSTO/2009

No dia 28 de agosto de 2009, no Salão Oval do Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, DF, no período das 11min às 15h, foi realizada a Reunião Ordinária Nº03/2009 do Conselho Superior do Cinema, com a presença dos Ministros **Dilma Rousseff**, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Presidente do CSC; e **Juca Ferreira**, Ministro da Cultura. Participaram da reunião, em substituição aos titulares dos seus Ministérios: **Ivan Ramalho**, Secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Luiz Paulo Barreto**, Secretário-executivo do Ministério da Justiça; **José Henrique Paiva**, Secretário-executivo do Ministério da Educação; **Antônio Henrique da Silveira**, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; **Eliana Zugaib**, Ministra-chefe da Divisão de Promoção do Audiovisual do Ministério das Relações Exteriores; **Sylvio Kelsen Coelho**, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e **Édio Henrique**, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Na condição de representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional, estiveram presentes os seguintes Conselheiros titulares: **Ícaro Martins**, **Giba Assis Brasil** e **Paulo Thiago Ferreira Paes de Oliveira**. Como representantes da sociedade civil, os Conselheiros titulares presentes foram os seguintes: **Póla Ribeiro** e **Paulo Sérgio Diniz Boccato**. Participaram, também, os seguintes Conselheiros suplentes: representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica – **Bruno Wainer**, **Édina Fujii**, **Ricardo Difini Leite**, **Solange Souza Lima** e **Wilson Alves Feitosa**; representantes da sociedade civil – **Marco Antônio Altberg**. Participaram da reunião, ainda, na condição de convidados: **Alfredo Manevy**, Secretário-executivo do Ministério da Cultura; **Manoel Rangel**, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; **Luiz Alberto dos Santos**, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil; **Luciane Gorgulho**, Chefe do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo – DECULT, do BNDES; **Ana Paula Santana**, Chefe de Gabinete da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura; **James Görden**, Coordenador-Geral de Políticas Audiovisuais/SAV/MinC; **Rosana dos Santos Alcântara**, Chefe de Gabinete e Superintendente-Executiva da ANCINE; **Pedro Luiz Dalcero**, Chefe de Gabinete da Casa Civil da Presidência da República. Justificaram sua ausência os Conselheiros **Luiz Severiano Ribeiro**, **André Sturm**, **Jorge Peregrino**, **Jorge Saad** e **Carlos Alkimim**. A pauta da reunião constou de três pontos: (1) Programa de Expansão do Parque Exibidor de Cinema; (2) formação de listas tríplexes de representantes do setor audiovisual para o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual; e (3) programação de trabalho do Conselho. A reunião foi aberta com a saudação feita pelos Ministros da Casa Civil e da Cultura. Os dois Ministros propuseram alterar a vinculação do Conselho, atualmente na Casa Civil, repassando o vínculo administrativo para o Ministério da Cultura. A proposta foi aprovada por voto unânime. O Ministro Juca Ferreira assumiu a presidência da reunião, já dando efetividade à nova vinculação. A seguir, foram debatidos os itens de pauta, apresentadas propostas e tomadas as decisões conforme segue:

(1) PROGRAMA DE EXPANSÃO DO PARQUE EXIBIDOR DE CINEMA: Manoel Rangel, Diretor-Presidente da ANCINE, fez a exposição do programa com base em apresentação distribuída aos conselheiros. Observou, inicialmente, que o programa é resultado de uma demanda do Presidente Lula e do Ministro Juca Ferreira e está em elaboração pela ANCINE e pelo BNDES. Na apresentação, falou do encolhimento da rede de salas em relação à década de 70 e apontou algumas causas, anotando a recuperação do setor a partir do final dos anos 90. Listou as principais características da exibição de cinema

no Brasil, atualmente: a baixa densidade de salas, o modelo de negócios vinculado aos *shopping centers*, a concentração socioeconômica das salas nas zonas de maior renda das grandes cidades, a concentração regional no Rio de Janeiro e São Paulo, a dependência do sistema internacional de distribuição de filmes e a baixa consistência das informações dessa atividade. Destacou as novas oportunidades à disposição dos agentes econômicos, em especial as relativas ao crescimento da classe C e o potencial de consumo que isso representa. A seguir, apresentou as diretrizes, objetivos, metas e público-alvo do programa de expansão do parque exibidor. O foco será a abertura de 600 novas salas em cidades-alvo reunidas em quatro grupos: municípios com mais 100.000 habitantes sem salas; as cidades de 50.000 a 500.000 com déficit de salas medido por um índice de potencial construído pela ANCINE; os vazios cinematográficos nas grandes cidades; e os centros das grandes cidades, objeto de programas de reurbanização. Falou, ainda, da previsão de implantação de um sistema de controle de bilheteria. Apresentou as modalidades de financiamento, os instrumentos disponíveis para a montagem do programa e a estrutura básica de gestão das iniciativas, com destaque para a participação do BNDES como agente financeiro do FSA e a formação de Grupo de Trabalho Interministerial sobre o assunto. Definiu o montante de recursos necessários e disponíveis para a execução das ações. Finalmente, apresentou as ações já desenvolvidas e um conjunto de medidas complementares sugeridas, destinadas à ampliação das receitas e à redução de custos de instalação e de operação das salas, especialmente pela desoneração tributária. Concluiu com a listagem de algumas ações com desenvolvimento previsto para o período subsequente. Luciane Gorgulho do BNDES, complementou a exposição, explicando o sistema de financiamento do banco, especialmente do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual – PROCULT, em operação. O BNDES foi convidado para ser agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual nas operações do Programa de Expansão do Parque Exibidor. Observou, também, que o principal desafio enfrentado pelo grupo de trabalho do programa não são os investimentos, mas a viabilidade econômica das salas nas condições e para o público-alvo demandado pelo programa, o que exige esforços pela desoneração das operações e pela digitalização da projeção cinematográfica. A seguir, os conselheiros debateram os principais pontos do programa proposto, apresentando sugestões, diretrizes e orientações para o seu desenvolvimento. Entre os assuntos abordados podem ser destacados: o acesso da classe C ao cinema como motivação central; o envolvimento da Caixa Econômica Federal e a integração com o Programa Minha Casa, Minha Vida; a possibilidade de participação dos supermercados e de antigos empreendedores; a necessidade de um padrão de qualidade nos investimentos e de modelos sustentáveis de negócios; a contribuição do vale-cultura para a formação de novos públicos e a recuperação dos hábitos de consumo de cinema; a influência da pirataria sobre o setor audiovisual, especialmente sobre o circuito de lançamentos, a estratégia de combate ao fenômeno, seus resultados e o significado do programa para a redução do comércio pirata; a estrutura empresarial descentralizada do segmento de exibição no Brasil; a importância da digitalização, sua repercussão sobre as receitas das salas e sobre a distribuição dos filmes e o modelo tecnológico e econômico da digitalização; a participação e o incentivo à exibição do filme nacional, a cota de tela, a relação dos filmes com as televisões públicas; necessidade de preços mais acessíveis para o consumidor de renda baixa e média, a meia-entrada como fator de encarecimento dos bilhetes; a necessidade de investimentos em empresas de finalização para um cinema competitivo; o papel das salas na complexidade da economia do audiovisual; as barreiras aos pequenos e médios empreendedores da exibição no sistema de financiamento público; o significado das políticas para a formação de público; a situação das empresas de infraestrutura; a necessidade de desoneração tributária da importação de equipamentos. Nas suas intervenções, os debatedores elogiaram a apresentação do assunto e a consistência do trabalho

realizado até aqui pela ANCINE e o BNDES. Foi decidida a formação de um grupo temático do Conselho para o acompanhamento do programa.

(2) FORMAÇÃO DE LISTA DE REPRESENTANTES DO SETOR AUDIOVISUAL NO COMITÊ GESTOR DO FSA: Manoel Rangel apresentou depoimento, elogiando o trabalho dos representantes no Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, sua participação nos debates e formulações políticas. Esclareceu ao Conselho que houve a renúncia de um dos membros suplentes do Comitê e está prevista a renúncia de mais um titular e um suplente. Lembrou, também, que a legislação pede a formação de listas tríplexes de nomes indicados pelo Conselho para a escolha final pelo Ministro da Cultura. Ao final do debate, foi aprovada por voto unânime, uma lista com cinco nomes: André Sturm, Sílvia Rabello, Adhemar Oliveira, Helvécio Rattton e Mônica Rischbieter. O Ministro da Cultura Juca Ferreira recebeu a lista indicativa, mesmo incompleta, e observou que, antes da designação dos novos membros do Comitê Gestor em substituição aos que saem, haverá consulta sobre sua aceitação.

(3) PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO DO CONSELHO: Foi aprovada uma agenda com três reuniões do colegiado do Conselho Superior do Cinema até o final de 2009. As datas indicativas são as seguintes: 29 de setembro, 16 de novembro e 2 de dezembro. Foi proposta e aprovada a reorganização do grupo temático que trata do PL 29, ampliando seu tema para todo o segmento de televisão. Os conselheiros componentes desse grupo são aqueles definidos na última reunião do Conselho: Marco Altberg, Carlos Alkimim, Paulo Boccato, Evandro Guimarães e Jorge Saad Jafet. Foi criado também o grupo temático sobre o programa de expansão do parque exibidor, formado pelos conselheiros Ricardo Difini Leite, Édina Fujii e Paulo Thiago. O grupo deverá designar um dos seus membros para participar do Grupo de Trabalho Interministerial que tratará do assunto. A formação de outros grupos temáticos, a definição dos seus prazos e pauta de trabalho deverão compor a pauta da próxima reunião do Conselho. Todas essas deliberações foram tomadas por unanimidade.

A partir dos debates travados, das propostas apresentadas e das decisões tomadas, foi escrita esta ata, aprovada pelo Conselho Superior do Cinema e assinada por seu Presidente e pelo Secretário-Executivo.